

-----A C T A-----

-----Acta da Reunião ordinária de 5 de Dezembro de 2005-----

-----Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas e quatro minutos assumiu a presidência o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ESCLARECIMENTO - O Sr. Presidente, em resposta às questões levantadas pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha em anterior reunião, esclareceu:-----

-----A máquina de aspirar ruas de mangueira manual não tem o saco roto, mas sim o avental, que se destina apenas à passagem do ar, ficando os detritos no depósito e só não foi ainda substituído porque o fornecedor não satisfaz o pedido da Câmara.

-----A actualização de preço das refeições fornecidas à escola de Benfica do Ribatejo resulta do contrato celebrado com a Uniself, após concurso entre vários prestadores desse serviço, ao abrigo da competência própria do Presidente, conferida pelo Artigo sessenta e oito, número um da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha sugeriu, quanto ao avental, que se faça a manutenção do equipamento existente e, quanto às refeições das escolas, a intervenção do Presidente confirmou que não veio a reunião de Câmara aquele assunto e por isso, ao

abrigo das suas competências, o aumento de uns cêntimos num contrato que não tinha sido deliberado em reunião, também não devia aqui ser presente.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que o assunto foi presente porque a Sr^a Vereadora Joana Silvestre entendeu apresentar o assunto à Câmara.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse:-----

-----Sugerir que seja feita a limpeza dos logradouros interiores dos prédios da COOPEAL, que há mais de três meses não é feita e trata-se de espaços públicos que estão a entrar em degradação.--

-----Na sequência da obra de reestruturação da Rua Manuel Moreira Cigano, em Fazendas de Almeirim, devia ser previamente executada a ligação de esgoto pedida por um morador, e que está a demorar, e só depois ser feita a asfaltagem.-----

-----Na mesma rua e por motivo da obra, alguns moradores cederam terreno ao domínio público, para regularização do traçado e, aos que tinham ou não tinham muro, a Câmara está a fazer os muros no alinhamento, e a um morador que tinha uma sebe divisória foi-lhe destruída, mas não foi feito muro. É feito o muro a três residentes e não é feito a um, o que não é uma situação de justiça, a Câmara devia fazer os muros a todos ou a ninguém.----

-----O Sr. Presidente esclareceu que a Câmara não está a fazer muros de vedação aos moradores por critérios adversos, o que está a ser feito não são muros de vedação mas muros de suporte de terras e, no caso dos arbustos, foi o marido da Sr^a que mandou tirar os arbustos, todavia, vai ser averiguada a situação concreta.-----

-----Acrescentou a mesma Sr^a Vereadora que, no dia da sessão da Assembleia Municipal foi entregue a proposta de PPI para o próximo ano, convidando os eleitos a apresentarem propostas até ao dia seguinte. Isto, dizer que é para amanhã, é impedir aos

partidos representados nesta Câmara de usarem o direito de oposição.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que este prazo foi invocado tendo em conta o tempo mínimo legal para a convocatória de uma reunião extraordinária, sem que signifique que esteja excluída a participação de todos os elementos do órgão executivo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos transmitiu o pedido de alguns moradores da Travessa dos Ferreiros, em Almeirim, de colocação de um espelho para prevenir acidentes numa zona de pouca visibilidade.-----

-----Disse ainda que fará chegar os seus comentários ao Orçamento e PPI do próximo ano e, numa primeira abordagem, considera preocupante o Concelho de Almeirim não ter dotações de verba em PIDDAC e vinte por cento dos recursos da Câmara serem recursos ao crédito bancário.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----ACTAS - Foi posta à consideração a acta de cinco de Setembro passado, tendo a Sr^a Vereadora Manuela Cunha dito que, em primeiro lugar, para aprovar a acta implica ir consultar os seus papéis e, por isso, pode abster-se porque, passado este tempo e sem consulta aos seus documentos, não se pode pronunciar; em segundo lugar, a sua dúvida perfilha-se no facto de haver uma deliberação sobre a Zona de Actividades Económicas, em que normalmente se costuma abster e não constar no texto a sua abstenção.-----

-----O Sr. Presidente pôs à consideração do executivo a apreciação da acta ou que continue a aguardar, tendo sido deliberado aprovar a acta, por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e do Sr. Vereador Pisco dos Santos, este último por não formar o executivo, à altura.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse lamentar a situação e que têm de ser criadas condições à funcionária que secretaria a reunião para as actas serem presentes no início da reunião

seguinte.-----

-----A mesma funcionária esclareceu que, da sua parte, as actas estão sempre feitas a tempo de serem distribuídas com a convocatória da reunião seguinte, porque é a própria que as executa. O que falha, muitas vezes, são as rotinas de acabamento, da responsabilidade do serviço de dactilografia.----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que, com as alterações que a Sr^a Vereadora impõe, é impossível ter as actas prontas no tempo desejado.-----

-----A Sr^a Vereadora respondeu ao seu antecessor que perdeu uma oportunidade de estar calado.-----

-----O Sr. Presidente disse que o Sr. Vereador Pedro Ribeiro até tem o mesmo direito a exprimir a sua opinião que os outros Vereadores.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento de projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Inês Santos Monteiro Ferreira, duzentos e dezasseis; Carla Isabel Bento Silva Casimiro, duzentos e sessenta e oito; Manuel António Pelicano Antunes, duzentos e setenta e nove; José João Bento Galego, duzentos e oitenta; José António Gomes Pardal, duzentos e oitenta e quatro; António Augusto Silva Faustino, duzentos e oitenta e cinco; e Sónia Filomena da Cruz Fitas da Silva, duzentos e oitenta e nove, todos de dois mil e cinco.----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, respeitantes aos processos de obras a seguir designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Inês Margarida de Oliveira Fernandes, quinze A de dois mil e dois; José Valério dos Santos, trezentos e oito de dois mil e

quatro; Hermínio Manuel Lopes Cardoso, vinte; João António Branco Fernandes, quarenta; Maria Otília Agostinho Mendes Dinis Lucas, sessenta e três; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Ld^a, duzentos e quarenta e três; Sociedade Agrícola Casal de Amândio Domingos, Ld^a, duzentos e quarenta e quatro; Modelo Continente - Operações de Retalho SGPS, SA, duzentos e cinquenta e três; Casa Agrícola Herdeiros de D. Luís Margaride, SA, duzentos e cinquenta e quatro; Fernando Manuel Fernandes Matias, duzentos e setenta e um; e Construções Valvirgo, Ld^a, duzentos e oitenta e dois e duzentos e oitenta e três, todos de dois mil e cinco.-----

-----LOTEAMENTO - Foi novamente presente o Processo de loteamento de uma parcela de terreno na Rua Direita, em Foros de Benfica, de Lucinda Maria Valério e outro, tendo a Sr^a Vereadora Manuela Cunha referido que a área total do terreno é muito maior que a que vai ser loteada, pelo que pretende informação se o resto da área se encontra em zona non aedificandi.-----

-----Chamado o arquitecto Forte, este esclareceu que o restante terreno pode ser objecto de loteamento, por opção do loteador.--

-----A mesma autarca perguntou que terrenos dispõe o Município em Foros de Benfica, ao que o Sr. Presidente respondeu que tem os terrenos destinados à pré-primária e ao ringue.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que não votará de imediato este assunto e solicitou mais esclarecimentos: que a requerente identifique o que se encontra na zona demarcada e que justifique não lotear o restante e a indicação se há partilhas a efectuar.-

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que não vem proposta alternativa que atenda à cedência de terreno ao domínio público, ao que o Arq^o respondeu que é essa a proposta dos loteadores, competindo à Câmara decidir se aceita o pagamento ou o terreno.-

-----Dado que o Sr. Presidente invocou a necessidade das informações e a intenção de se abster, o restante executivo deliberou apreciar o assunto na próxima reunião, com as respostas às questões aqui levantadas.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE PREFERÊNCIA - Foi presente o requerimento de João Manuel Jorge Pereira e Elizabete Faustino de Sousa Moreira Jorge Pereira requerendo certidão comprovativa do eventual direito de preferência na venda que vão fazer do seu prédio urbano sito em Vale Barrocas, Fazendas de Almeirim, pelo preço que indicam.-----

-----Tem parecer do consultor jurídico segundo o qual a preferência é oferecida para os efeitos do disposto no Artigo quarenta e três do CIMT.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, não exercer o direito de preferência. Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, considerando que este é o primeiro caso presente a reunião de Câmara e que os próximos casos têm de ser informados com mais dados, para que a Câmara possa cumprir o que lhe é exigido pela lei.-----

-----HIPOTECA - Presente o requerimento de José Coelho Pacheco solicitando certidão com destino ao termo de cancelamento de duas hipotecas sobre o seu prédio sito na Rua Joaquim da Conceição Rodrigues, em Almeirim, em virtude de se mostrarem pagos os empréstimos que lhes deram origem, como prova com o recibo do Instituto Nacional de Habitação.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências financeiras:-----

-----Jardins de Infância do Agrupamento Almeirim/Tapada, para uma peça de teatro infantil - cento e cinquenta euros; Secção de Patinagem Artística do Hóquei Clube Os Tigres, para o sarau de

ginástica - duzentos e cinquenta euros e apoio logístico; e Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para equipamento de prova - três mil quinhentos e oitenta e um euros.-----

-----Foi presente o fax da Secção de Karaté da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, comunicando a sua constituição e funcionamento, para o qual pede apoio. A Câmara deliberou atribuir-lhe o subsídio anual de trezentos e cinquenta euros.---

-----A este respeito opinou o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que é importante que no futuro seja criado um Regulamento definidor de parâmetros de igualdade e imparcialidade, com vista à atribuição deste tipo de apoios a todas as colectividades do Concelho.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que esta medida já foi aprovada no anterior mandato, sob proposta sua, mas não foi cumprida. Porque há grande disparidade entre os subsídios atribuídos nas diversas modalidades e associações e com vista à sua equiparação, espera agora haver condições para a aprovação de normas regulamentares e sugere que, depois de aprovado esse Regulamento, os subsídios sejam publicitados na imprensa.-----

-----Presente ainda a carta da Associação Comercial e Empresarial de Santarém solicitando um apoio de quinhentos euros com vista à deslocação de um Pai Natal a este Concelho, para distribuir lembranças, no dia dezanove de Dezembro, apoio que será indicado no veículo ou no sistema sonoro.-----

----- A Câmara deliberou patrocinar, devendo o veículo indicar uma frase alusiva ao comércio tradicional.-----

-----EXECUÇÕES FISCAIS - Foi presente a informação dos Serviços de Águas segundo a qual o Sr. Joaquim Mendes Fernandes rescindiu o contrato de fornecimento de água em Setembro de dois mil e dois, não tendo dívidas para com o Município. Foi notificado para pagar as custas do processo de execução fiscal porque, aquando do pagamento voluntário, foi-lhe cobrada a quantia exequenda e não foram cobradas as custas por não haver funcionário responsável ao serviço. Tem informação do Serviço de

Acção Social comprovativa de que se trata de um idoso com dificuldades económicas.-----

-----Atendendo a que a falta de cobrança é imputável à administração, a Câmara deliberou julgar em falhas, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----VENDA DE SUCATA - Foi presente a carta de Paulo Jorge Raposo Castela Nunes, de Foros de Benfica, propondo-se adquirir uma motoniveladora que se encontra nas instalações da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, em estado de sucata, pelo preço de setecentos e cinquenta euros, bem como todos os bens móveis com o mesmo fim.-----

-----Atendendo às informações prestadas pelos serviços, a Câmara deliberou vender a motoniveladora pelo valor proposto.-----

-----MOÇÃO - COMBOIOS - O Sr. Presidente submeteu à apreciação a proposta de Moção apresentada para agendamento para esta reunião pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha, do seguinte teor:-----

-----«Veio recentemente a público a intenção da CP - Comboios de Portugal - de se suprimir a paragem dos comboios rápidos ALFA - Pendular nas estações de Santarém e do Entrocamento.-----

-----Esta medida a concretizar-se será extremamente lesiva para as centenas de passageiros (muitos deles do nosso Concelho), que diariamente ou aos fins de semana usam este meio de transporte para se deslocarem para outros pontos do país, por razões profissionais, para estudar, para acederem a bens ou serviços fundamentais (designadamente de saúde), ou simplesmente para visitar um familiar.-----

-----Esta decisão acarretaria ainda implicações muito negativas para o desenvolvimento do Distrito de Santarém, em particular no que diz respeito às suas potencialidades turísticas, privando esta vasta região de ligações ferroviárias rápidas, na média e longa distância, com as restantes grandes cidades do país. Para além de vir acentuar as assimetrias regionais e agravar a desertificação já sentida nalguns Concelhos do Distrito.-----

-----Acresce que dificilmente se compreende a vantagem desta medida, já que este tipo de serviço ferroviário tem utentes regulares nas duas estações referidas (com uma afluência acrescida aos fins de semana, em grande parte devido aos muitos estudantes que se deslocam desta região, nomeadamente do nosso Concelho para outros locais e vice-versa).-----

-----Sendo que esta decisão viria a afectar o Concelho de Almeirim e a sua população, a Câmara Municipal delibera fazer chegar à Administração da CP a sua preocupação e apela para que esta intenção seja revogada.»-----

-----A Sr^a Vereadora proponente salientou a pretensão da CP de extinguir paragens dos comboios Alfa e de alguns regionais nas estações de Santarém, Entroncamento e outras de menor movimento, entretanto adiada temporariamente, lembrando que muitos cidadãos de Almeirim e de toda a Lezíria usam diariamente este tipo de transporte, com toda a carga de inconvenientes para as populações, para o desenvolvimento económico e para o turismo, acrescentando que é de fazer chegar ao Governo o descontentamento e o prejuízo que tal medida irá causar.-----

-----Posta à votação a proposta referida, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----PARQUE DA ZONA NORTE - O Sr. Presidente submeteu à discussão a proposta apresentada para agendamento para esta reunião pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha, respeitante a melhorias necessárias no campo da petanca, do seguinte teor:----

-----«No Parque Urbano na zona norte junto à rotunda, o espaço adaptado à prática de Petanca está diariamente ocupado de tarde e alguns dias à noite, por um número considerável de praticantes que tem vindo a aumentar.-----

-----Este desporto praticado em competição oficial ou por recreação e ocupação de tempos livres, reúne um número de adeptos muito significativo no nosso Concelho, entre estes muitas pessoas de idade avançada, essencialmente na prática recreativa ou de ocupação de tempos livres.-----

-----Devido à sua idade, muitas destas pessoas têm necessidade de utilizar com frequência as instalações sanitárias e para o fazer, ou vão aos cafés próximos, ou às instalações junto aos campos de ténis, que ficam distantes e algumas vezes fechadas. Acresce ainda que pela característica do jogo, há necessidade de lavar as mão depois das partidas.-----

-----Desta forma, e sem prejuízo do espaço dever ainda ser mais embelezado e arborizado, proponho a construção de uma instalação sanitária de apoio, que tivesse também uma pequena divisão para guardar algum material de apoio.»-----

-----A mesma Vereadora referiu que, para os idosos que praticam o jogo da Petanca, a distância aos sanitários é suficientemente grande, mormente atendendo à sua idade, para os levar a desistir de utilizarem os sanitários do Parque e atravessarem a estrada para irem ao café, com os riscos daí advenientes. O que se pretende é a construção de um sanitário simples mas decente, com um lavatório e dotado de cobertura, a pensar exactamente nos mais velhos e com pouca mobilidade.-----

-----O Sr. Presidente disse que tem uma opinião diferente, porque existem sanitários muito próximos e, com a proliferação destes equipamentos, estamos a contribuir para uma maior destruição dos sanitários. O que acontece é que algumas pessoas vão para lá à noite, quando os sanitários já estão fechados e, nesse caso, tem de ter acesso à chave das instalações, o que vai ser resolvido. Não podemos repetir instalações sanitárias a trinta metros das existentes, porque não vão ter viabilidade, já existem instalações no Parque da Zona Norte e, se estiverem fechadas, só há que criar condições para serem utilizadas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro acrescentou que a Direcção da Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim tem na sua posse a chave dos sanitários e pode facultar o acesso.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que as distâncias que parecem perto ao comum das pessoas, para os idosos podem representar um esforço considerável. Com os sanitários agora

propostos também ajudava a preservação dos existentes.-----
-----Posta à votação a proposta de execução de novos sanitários,
mereceu a mesma o voto a favor da proponente, a abstenção do Sr.
Vereador Pedro Pisco dos Santos e os votos contra dos restantes
membros do executivo.-----

-----RESÍDUOS TÓXICOS - O Sr. Presidente introduziu o ponto da
Ordem de Trabalhos agendado pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos
Santos, consubstanciado na sua proposta, do seguinte teor:-----

-----«1 - O(s) proprietário(S) do terreno, onde se localiza as
antigas instalações da fábrica SOPEPOR, deverão ser notificados
pela Câmara Municipal de Almeirim para removerem todos os
resíduos químicos perigosos armazenados no imóvel **no prazo de
sessenta dias**;-----

-----2 - Findo o prazo estipulado no **ponto um**, e não se tenha
verificado a remoção dos sobreditos produtos, a Câmara Municipal
de Almeirim deverá solicitar a intervenção de S.E. o Ministro do
Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento
Regional (MAOTDR), que por si e/ou por meio dos serviços
dependentes, tutelados ou participados, deverá assegurar a
remoção dos produtos químicos perigosos nas sobreditas
instalações e consequente incineração dos mesmos;-----

-----3 - A prossecução do disposto no **ponto dois**, deverá ser
precedida de uma informação **a apresentar no prazo de vinte dias
à Câmara Municipal de Almeirim** elaborada pelo(s) Serviços(s)
Municipais responsáveis pelas áreas jurídica, da saúde pública,
do ambiente e da protecção civil, sob orientação do Vereador
responsável pelo pelouro do meio ambiente, com o fim de instruir
o processo de intervenção do MAOTDR;-----

-----4 - O relatório elaborado pela Inspeção-Geral do Ambiente
e que foi remetido ao Ministério Público, deverá ser fornecido a
todos os membros do Executivo Municipal;-----

-----5 - Caso a Câmara Municipal de Almeirim já tenha procedido
à notificação dos proprietários para a remoção dos produtos
químicos perigosos, deverá dar-se cumprimento apenas ao disposto

nos **pontos dois e seguintes;**-----

-----6 - A presente deliberação produz efeitos a partir da data da sua aprovação.»-----

-----O Sr. Presidente disse, com referência ao problema originado pela fábrica da SOPEPOR, que esta desde há anos tem um longo registo de gerentes julgados à revelia por actos menos lícitos e as proprietárias das instalações vieram a recebe-las, por sentença do tribunal, porém com todos os resíduos tóxicos ali depositados e cuja limpeza é orçada em duzentos e cinquenta mil euros. As proprietárias não tem recursos para assumir este encargo e a venda daqueles terrenos foi inviabilizada, já que parte do preço de compra seria a necessária remoção dos resíduos, pretendendo as senhoras algum lucro. Disse ainda desconhecer em que fase está o negócio, porém, quanto aos resíduos depositados, deslocou-se às instalações um inspector do Ministério do Ambiente, a solicitação da Câmara, o qual informou verbalmente não conseguir avaliar o estado dos resíduos e o encaminhamento normal seria a remessa, do Ministério do Ambiente ao Ministério Público. E distribuiu cópia do processo existente na Direcção Geral do Ambiente, remetido em vinte e três de Novembro passado.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos salientou que a proposta apresentada envolve alguma complexidade jurídica adveniente da própria situação, e reconhecendo que as proprietárias não têm culpa, a situação pode representar perigo para a população, dado que, já em mil novecentos e noventa e nove a Direcção Regional do Ambiente considerou os resíduos perigosos. Seria útil que houvesse uma intervenção do Ministério do Ambiente com vista a encontrar uma solução que, sem custos para a Câmara, salvasse a população, pois o crescimento da cidade estende-se para aquela zona e não há garantias quanto aos resíduos armazenados nem à segurança das embalagens e uma eventual infiltração ou incêndio poderá contaminar solos, lençóis freáticos e o próprio ar.-----

-----O Sr. Presidente disse que, ao longo dos anos, já falou várias vezes com o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro do

Ambiente e com a Direcção Geral do Ambiente, entre outros, e nenhuma instância se sente responsável nem aceita envolvimento no caso, porque é de muita cara solução.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que Os Verdes já apresentaram requerimento ao Governo sobre esta matéria e uma resposta que lhes foi dada frisava que das instalações da fábrica foi retirado o cianeto e os restantes resíduos já não eram perigosos, porque os princípios activos já não o eram, o que significaria tratarem-se agora de resíduos industriais banais, o que não representaria perigo para a saúde pública. A Câmara licenciou aquilo para que viesse a funcionar como supermercado e só agora foi entregue o processo sobre esta matéria. E perguntou se o Ministério do Ambiente continua a considerar os resíduos perigosos ou não.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos respondeu que há um ofício da Direcção Geral do Ambiente que considera os resíduos perigosos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se deve fazer pressão para que os resíduos saiam da cidade e se garanta a descontaminação dos terrenos e subscreve a posição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos. Do ponto de vista legal, o responsável é o proprietário do terreno, não deve ser a Câmara a fazê-lo e a grande questão é que se trata de um problema de saúde pública, havendo base legal para definir a periculosidade para a saúde pública, são os Ministérios da Saúde e do Ambiente que devem zelar por este tipo de coisas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos propôs que a Câmara fizesse o ponto do processo e o endereçasse aos Senhores Ministros do Ambiente e da Saúde.-----

-----O Sr. Presidente referiu o Despacho que alega não ter a empresa dado cumprimento à sentença do Tribunal, pelo que deverá ser efectuada uma diligência junto do Ministério Público no sentido de trazer mais um esclarecimento ao processo.-----

-----O executivo concordou.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO-----

-----No período do público usaram da palavra os seguintes munícipes:-----

-----Sr. Manuel Gameiro, que em nome de todos os moradores da Rua Primeiro de Maio, em Foros de Benfica, solicitou medidas urgentes de intervenção naquela artéria, onde já não se pode circular.-----

-----O Sr. Presidente transmitiu a promessa do empreiteiro de que as obras começarão ainda hoje ou amanhã.-----

-----Sr. Vítor Manuel Novais da Silva que disse pretender abrir um bar num edifício da Rua de Coruche, que alega ser de qualidade, sem ruídos para fora do estabelecimento, pretendendo mais tarde fazer um restaurante por cima, para que Almeirim acompanhe os tempos modernos e as pessoas que se queixam em abaixo-assinado estão a entrar o processo e têm de basear a sua queixa. À pergunta do Sr. Presidente respondeu que o ruído à saída dos bares não é problema dos estabelecimentos mas com a GNR. Referiu ainda que pretende fazer o horário das treze horas às duas da manhã, nas questões de insonorização cumprirá o que a lei exigir e funcionará de porta fechada e entradas controladas.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a presente matéria é da competência do Presidente, porque o Sr. Presidente puxou todas as competências a ele, pelo que estranha que o assunto fosse colocado na reunião. E acrescentou que se criou a ideia de que toda a gente é contra os bares e, muitas vezes, as pessoas que se manifestam estão escaldadas. É certo que as terras têm de evoluir, mas quem trabalha necessita dormir e já lá morava antes da instalação dos bares, tem também direito ao seu descanso e as autoridades não actuam, principalmente no excesso de ruído à saída.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos acrescentou que, quando quiseram pôr um bar à sua porta também reagiu da mesma maneira e o investidor tem de ter alguma responsabilidade nessa matéria e não discorda desde cumpra os requisitos legais

impostos pela Lei do ruído.-----

-----O Sr. Presidente concluiu dizendo que o assunto é de sua competência, mas queria ouvir os seus pares e democraticamente aferir da sensibilidade do executivo, pelo que não foi descabido dar voz aos outros Vereadores, se não a Sr^a Vereadora Manuela Cunha não tinha falado tanto.-----

-----Às dezassete horas e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
